



APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 se encerra com a intensificação das políticas de austeridade. Depois de aprovada a emenda constitucional que congela os gastos públicos primários federais sem limitar a despesa com juros (a principal causa do déficit fiscal), as forças conservadoras tentam agora fazer avançar a agenda neoliberal com as reformas previdenciária e trabalhista, cujos projetos já foram encaminhados à Câmara dos Deputados, e que prevêem nova rodada de supressão de direitos. Nos estados, as políticas de austeridade tiveram no Rio Grande do Sul o seu golpe mais fatal até agora: a extinção de seis fundações, entre as quais a Fundação de Economia e Estatística (FEE), que há mais de quatro décadas atuava na sistematização de estudos estatísticos e na produção de pesquisas socioeconômicas. A previsão é de demissão de mais de mil servidores daquele estado. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política não poderia iniciar sua edição de número 45 sem manifestar seu repúdio a essas medidas e expressar sua solidariedade a todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras que por ela serão afetados.

Esta edição é iniciada pelo artigo “Complexo Multinacional e ‘Lei de Remessas de Lucro’ (1956-1973)”, de Fábio Campos. Nele, o autor resgata o debate da Lei de Remessa de Lucros, que teve seu ápice no governo João Goulart, trazendo, como novos elementos, as articulações existentes entre o complexo multinacional e as burguesias brasileiras na nova fase imperialista inaugurada a partir dos anos 1950.

Em seguida, Bianca Imbiriba Bonente e João Leonardo Medeiros, no artigo “Desenvolvimento como ausência de liberdade: Marx contra Sen”,

apresentam uma instigante crítica à noção de desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen, utilizando como base a teoria do valor de Marx.

A teoria do desenvolvimento é também objeto do terceiro artigo. Em “Ainda sobre as questões do desenvolvimento...”, Fernando Correa Prado faz um resgate histórico dessa temática no Brasil, perpassando as contribuições da Cepal e da teoria da dependência, apontando as limitações do debate atual, incluindo aí a corrente novo-desenvolvimentista.

No quarto artigo desta edição, “Economia política do trabalho no capitalismo dependente: apontamentos sobre a marginalidade social e a superexploração da força de trabalho”, Pedro Henrique Evangelista Duarte resgata as categorias de marginalidade social e superexploração da força de trabalho para discutir a dinâmica das relações de trabalho nas economias periféricas e dependentes.

O quinto artigo é de autoria de Eleutério Prado. Em “Como Marx e Keynes demarcam o campo da macroeconomia”, o autor procura mostrar a existência de diferenças na maneira com a qual Marx e Keynes teorizam os fenômenos macroeconômicos. Ao demarcar essas diferenças, Prado apresenta um subcampo marxista como alternativa para teorizar a macroeconomia.

O debate sobre desenvolvimento econômico volta ao foco no sexto artigo ora apresentado, “Neodesenvolvimentismo ou neoliberalismo: integração regional sul-americana e ideologia”, de Fabio Luís Barbosa dos Santos. Barbosa dos Santos discute criticamente o projeto dos governos petistas de integração regional sul-americana, ressaltando seus pontos de convergência com o projeto neoliberal.

A edição é finalizada com a resenha do livro “Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos”, organizado por Rafael Marquese e Ricardo Salles e resenhado por Luiz Fernando Saraiva.

Esta edição da Revista da SEP inaugura seu novo Comitê Editorial, que desde agosto de 2016 é composto por Victor Leonardo Araujo, Hugo Corrêa e Tiago Camarinha Lopes. O Comitê agradece aos mais de três anos de dedicação de seu antigo editor, João Leonardo Medeiros, que além de manter a continuidade e a pontualidade das publicações desta Revista, ainda promoveu uma reforma em sua diagramação, tornando-a visualmente mais prazerosa para os leitores.

Este número 45 também procura ajustar suas três edições anuais ao calendário civil. Por esta razão, excepcionalmente esta edição refere-se ao trimestre findo em dezembro, e não ao quadrimestre outubro/janeiro, como ocorria até então. A partir de 2017, a três edições da Revista

se referirão, respectivamente, aos quadrimestres janeiro/abril, maio/agosto e setembro/dezembro.

O Comitê Editorial reitera mais uma vez seus agradecimentos à CAPES, ao CNPq, ao BNDES, ao IPEA, à FAPESP e à UFABC pelo apoio ao XXI Encontro Nacional de Economia Política, realizado entre 31 de maio e 03 de junho de 2016 em São Bernardo do Campo, na Universidade Federal do ABC.

Comitê Editorial